

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Jaime Manuel Palha Costa e Carina Isabel Moura da Conceição Luís. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Luís Filipe Dias Grácio e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A senhora **Presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos, tendo dado posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número dezassete. -----

**VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZASSETE** -----

---

A ata número dezassete realizada em vinte e cinco de junho de dois mil e doze, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Partido Socialista, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

Não votou Esperança Maria Micael Santos por ainda não se encontrar presente. ---

Entrou-se de imediato no período de antes da ordem do dia. -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Fizemos distribuir na sequência daquilo que foi uma abordagem inicial na reunião da comissão permanente, duas públicas notas de reconhecimento, agradecimento e louvor e portanto, vou passar a ler a primeira delas: -----

### **LOUVOR E AGRADECIMENTO** -----

“O Dr. Luís Filipe Domingues Constantino, enquanto Procurador Adjunto dos serviços do Ministério Público do Entroncamento, exerceu as suas funções com zelo e competência, como é manifestamente reconhecido.-----

Ao longo dos anos, integrou-se e participou de forma ativa e empenhada na vida da comunidade, sendo notória a sua ação na área da proteção de menores, nomeadamente pelo envolvimento e dedicação às atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

De igual modo, foi participante interessado e esclarecido no Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento.-----

Promovido a Procurador da República, cabe-lhe agora uma nova fase do seu percurso, tendo sido colocado nos serviços do Ministério Público de Sintra – Área de Família e Menores.-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento faz pública nota de louvor e agradecimento, ao digníssimo Procurador da República Dr. Luís Filipe Domingues Constantino, certos da sua justiça e de que este é também o sentimento da população.”

O segundo documento diz: -----

### **RECONHECIMENTO** -----

“O Reverendo Padre António Vicente exerceu funções de Pároco da Paróquia da Sagrada Família do Entroncamento, desde 30 de setembro de 2001 e até há poucos dias.-----

Chegou aqui jovem, cheio de vontade de mudar o que houvesse a mudar, segundo opinião expressa dos que com ele privaram de perto ao longo dos anos. E, empreendeu um novo caminho com a comunidade. Percebeu que a cidade do Entroncamento é uma cidade nova e, como tal, com habitantes jovens, com muito potencial. Teve a capacidade de ir ao encontro dos seus paroquianos e pôs mãos à obra. -----

Com ele vieram novos movimentos cristãos para a Paróquia, para a comunidade em que se integrou e que assumiu como sua, para dar resposta às necessidades da Igreja, dinamizando, também, os movimentos já existentes.-----

Levou a efeito, durante seis anos, a Festa da Família, que se realizou no último fim de semana de Abril dos anos em que teve lugar, inicialmente na Quinta da Cardiga e depois na cidade do Entroncamento, mais concretamente nas instalações militares, e que durante os 3 dias do encontro fazia convergir para a cidade milhares de pessoas, imprimindo ao concelho projeção e dinâmicas inerentes ao evento. -----

Procurou ultrapassar as dificuldades da inexistência de boas condições físicas para tantas crianças que frequentavam a catequese paroquial, tal como qualificar o espaço que envolvia a Igreja Matriz. -----

---

*Assim, com a ajuda do Município, da comunidade e de outras entidades, levou a bom termo a construção do Centro Pastoral da Sagrada Família, que é hoje um espaço à disposição de toda a cidade, com dignidade para receber e realizar eventos. -----*

*Mais recentemente, com a participação da Câmara Municipal, procedeu-se à remodelação do adro da Igreja da Sagrada Família, que em muito dignifica este edifício e o Entroncamento. -----*

*Apoiou a criação da Confraria de S. João Batista, uma mais-valia para o mais antigo monumento da cidade, a Capela de S. João, entidade a que cabe a manutenção e zelo do referido templo, para além dos eventos religiosos respetivos. ----*

*Promoveu e dinamizou encontros diversos, fazendo da Igreja da Sagrada Família um local por todos frequentado e promoveu peregrinações anuais, levando ao enriquecimento cultural e social de todos aqueles que nelas participavam. -----*

*Com ele foram também ordenados dois jovens sacerdotes, o P. Mário e P. Ricardo Pinto, encontrando-se outro a caminho, o Seminarista Cláudio Rodrigues, registando-se a sua disponibilidade e empenho no acompanhar e incentivar novas vocações. -----*

*Sacerdote empenhado, ficou no coração da comunidade e do seu envolvimento e trabalho comunitário se dá pública nota de reconhecimento, formulando votos dos maiores sucessos para o trabalho na sua nova Paróquia, de S. Nicolau, em Santarém.”*

Pedi a palavra **Célia Leal**: “ Só para dar pública nota de todo o modo justo, que realmente o empenho e a dedicação do Doutor Constantino, enquanto Procurador do Entroncamento seja reconhecido. -----

Se participou muitas vezes de uma forma acusatória contra alguém da população, com certeza muitos jovens, lhe devem o facto de não terem sofrido penas de prisão efetiva, sempre entendeu que realmente há uma oportunidade para os mais jovens e esses tiveram muito a ganhar com a presença dele no Entroncamento.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou os documentos à votação. -----

#### **VOTAÇÃO – LOUVOR E AGRADECIMENTO -----**

O Louvor e Agradecimento ao Doutor Constantino, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **VOTAÇÃO – RECONHECIMENTO -----**

O Reconhecimento ao Reverendo Padre António Vicente, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e seis abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda, duas da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Socialista. -----

**Luís Grácio** apresentou a seguinte moção: -----

#### **Moção -----**

##### **PELA DEMISSÃO DO GOVERNO – FORA COM A TROIKA! -----**

O atual governo assumiu, desde a tomada de posse, que o programa da Troika (FMI – BCE – EU) era o seu programa, que mesmo sem o “memorando da Troika” (firmado pelo PS e concertado com PSD e CDS/PP), essa seria a sua estratégia e que, inclusive, iria mais longe nas medidas de austeridade do que previsto no referido memorando assinado em Maio de 2011.

A confiscação dos subsídios de férias e do 13.º mês de 2012 aos trabalhadores da função pública, pensionistas e reformados, condenado pelo Tribunal Constitucional, é o exemplo mais notório desta ação. -----

---

Esta estratégia só poderia desembocar num violento caminho recessivo da economia que aumentaria a dívida pública e agravaria o défice, como era previsível. -----

Os resultados destas políticas de austeridade estão à vista de todos: recessão económica, a queda do investimento e o aumento do número de falências, um desemprego descontrolado que já ultrapassou 16%, o alastrar da miséria e da exclusão social. E a dívida, em vez de diminuir, vai crescendo, fruto dos juros usurários e da inevitável queda das receitas fiscais.

A política de austeridade falhou. -----

Em vez de arrear caminho, os responsáveis deste desastre económico e social respondem à crise, agravada pela austeridade, com ainda mais austeridade. Em desrespeito pela decisão do Tribunal Constitucional, o governo decidiu alargar o roubo dos salários e subsídios dos reformados e do sector público a todos os trabalhadores e anuncia-se uma redução de pensões entre 3 e 10%. -----

Durante a recente inspeção da troika, o governo decidiu agravar a TSU em 7% sobre os salários, em simultâneo com uma descida de mais de 5% para o capital, supostamente para combater o desemprego. Uma decisão que foi forçado a rever, perante a reprovação generalizada. -----

A aplicação de portagens nas ex-SCUTs, como a A23 foi um passo atrás numa política de discriminação positiva do interior, apenas suavizada por algumas tímidas isenções e descontos para os residentes. Segundo se anuncia, a partir de 1 de Outubro, todos passarão a pagar, penalizando famílias e empresas, aumentando a sinistralidade e o tráfego dentro da nossa cidade. -----

O copo transbordou em 15 de Setembro, nas manifestações que trouxeram à rua mais de um milhão de portugueses sob o lema: **Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!** Pelas ruas ecoou espontaneamente o clamor pela demissão do governo. O povo verificou que a austeridade não é apenas um erro, mas sim uma opção de vida e uma obsessão de morte deste governo. -----

Outra obsessão do governo é a perseguição ao poder local democrático, a nível dos municípios, com diminuição das transferências financeiras, a famigerada lei dos compromissos e o PAEL.-----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 28/09/2012, saúda a luta dos cidadãos e cidadãs do país e do nosso concelho em luta contra o desemprego, pela reposição dos salários e subsídios roubados – batendo-se por respeito e por uma vida de digna.

**Saúda, em especial, os trabalhadores e trabalhadoras que amanhã sairão uma vez mais à rua, no Terreiro do Paço, em Lisboa, exigindo a demissão do XIX Governo Constitucional, assente na moribunda coligação PSD – CDS.** -----

Decide também enviar esta moção ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, grupos parlamentares, primeiro-ministro e à comunicação social nacional e regional. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Comungamos do texto desta moção, queria referir algumas palavras relacionadas com o texto da moção. -----

Estes sacrifícios que estão a ser pedidos ao povo português, chegamos à conclusão que são em vão os objetivos propostos, pelo contrário, tem levado à queda da produção nacional, à queda da riqueza nacional e leva-nos para um abismo do qual cada vez será mais difícil de sairmos dele. -----

Infelizmente, quanto mais isto durar mais a situação se vai agravar e mais as condições depois para sairmos desta crise económica serão difíceis de ultrapassar. -----

Este ataque ao poder local, que é a questão das freguesias, realizou-se no dia quinze em Matosinhos um encontro de freguesias, com mais de mil e quinhentos

---

participantes, houve cinquenta intervenções nessa iniciativa, das quais só uma ia de encontro ao projeto Relvas, de encontro à extinção de freguesias e isto é muito notório e está na continuação de outras situações que se verificaram, do congresso da ANAFRE, na sequência das trezentas mil pessoas que estiveram na manifestação em Lisboa, onde estiveram presentes autarcas e a população dessas freguesias, o que nos deixa alguma esperança que a Lei 22/2012, venha a ser revogada. -----

Cada vez há mais vozes que dizem que Portugal está a ser vítima de uma experiência económica e de facto, é aquilo que nós já estamos a tirar a conclusão, é que esta experiência económica que está a ser levada a cabo, vai ter consequências no futuro do País. -----

Todo o resto que tem sido levado a cabo, quer na Lei das Finanças Locais, quer no plano da diminuição da dívida através da Lei dos Compromissos, são imposições que estão a ser levadas às populações e estão a ser feitas de uma forma muito parecida com aquilo que é o memorando da Troika, estas imposições sobre as autarquias, têm o mesmo objetivo, submeter as autarquias ao poder central, centralizar cada vez mais o poder e isto não é aquilo que nós tínhamos pensado com a revolução de abril, não é aquilo que está na Constituição, é um revés enorme nesta área. -----

É inadmissível aquilo que se está a fazer a nível da lei dos cargos de dirigentes nas autarquias, há autarquias que vão ficar sem sessenta por cento dos cargos de dirigentes e isto tem implicações em termos da capacidade das autarquias para responder em termos técnicos às necessidades das populações.” -----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “ Relativamente a esta moção, a bancada do Partido Socialista, muito embora concorde com alguns pontos aqui descritos, mas numa atitude responsável entende que aquilo que de todo, nós não precisamos agora de uma crise política, os governos demitem-se é nas urnas com os votos dos cidadãos. -----

Nesse sentido, o Partido Socialista vai abster-se.” -----

Durante a intervenção de Carlos Amaro, compareceu Esperança Micael. -----

Continuou **José Baptista**: “ A política de austeridade falhou e a retirada dos subsídios, nenhum de nós é visionário para saber o que vai acontecer daqui a um ano, nenhum de nós pode dizer que daqui a um ano vamos estar melhor ou pior. -----

Quem leu o memorando assinado com a Troika há um ano e meio atrás, sabia que isto ia acontecer, isto só é uma novidade das duas uma, ou para quem não estudou a lição e não sabia o que ia encontrar pelo caminho, ou para quem quis enganar os cidadãos. -----

Agora os senhores deputados dirão que aquilo que o PSD e CDS está a fazer, é uma atrocidade ao estado social português, o estado social que estamos habituados é preciso distingui-lo com as diversas opiniões que existe por ideológicas e se é certo que aquilo que aconteceu ontem nas televisões, patrocinado por canais de comunicação social sobre um suposto desinvestimento na saúde para doentes terminais, tornou-se numa notícia que ia acontecer em Portugal e não passava de uma idiota notícia de uma ideia que teve um senhor do conselho para a ética. -----

Há uma coisa que tenho que dar alguma razão a esta moção, quando se refere aqui à questão das SCUTs, nós já aqui a discutimos várias vezes e ela tem que ser levantada e ser discutida, o governo pode ser da cor que for, os deputados do Entroncamento não mudaram de opinião. -----

Sobre o PAEL, que foi aqui falado, na reunião da comissão permanente o senhor deputado dizia-nos que o PAEL era um programa do governo para apoiar grandes

---

empresas para serem privatizadas, isto é a forma mais destruidora que alguma vez vi de caracterizar um plano governamental. -----

O PAEL tem tão simplesmente o objetivo de fazer de uma vez só, o pagamento de contas que os municípios tenham em atraso para incentivarem a economia local. -----

Sobre a moção só posso dizer que independentemente da questão das SCUTs, que já aqui foi discutida várias vezes e que tem as nossas moções e votações, agora sobre o resto não, como imaginará neste momento, na situação atual em que nem o Partido Socialista quer ir para o governo, porque sabe que a situação está como está, imagine o que era haver uma crise política, cair o governo e irmos a eleições outra vez, isto não é a Grécia, ou pelo menos nós não queremos que seja, apesar de haver alguns que querem que Portugal um dia seja a Grécia.” -----

Intérveio **Manuel Domingues**: “Agradeço que não fale em nome do Partido Socialista, não cabe a si decidir se queremos ir ou deixamos de querer, queremos ir para o governo com os votos do povo.” -----

**António Ferreira** referiu: “Apetece-me dizer se de facto houver uma revolução popular, já fica aqui estabelecido que o Partido Socialista não vai querer nada beneficiar da revolução popular. -----

Em relação ao PAEL, está na lei e prevê mil milhões de euros para fazer face às dívidas das Câmaras Municipais, o senhor deputado sabe qual é o montante total das dívidas das autarquias, neste momento mais de onze mil milhões de euros, fora as faturas que andam escondidas e que agora vão aparecer com as candidaturas. -----

Para além disso, a prioridade é dada ao programa um, empréstimos para as câmaras que estão em incumprimento estrutural, a nossa vai-se candidatar no programa dois, nesse programa pode-se meter tudo o que se quiser no papel, mas o rateio é que vai definir o que é que vai ser distribuído e vai ser distribuído aquilo que sobra das quarenta ou cinquenta câmaras. -----

Em relação ao estado social, se desaparecer desaparece também aquilo que é a economia virada para as pessoas, aquilo que se está a fazer de facto, é pouco a pouco acabar com o estado social, que é meter a política ao serviço da economia através da política fazer aquilo que os grandes grupos querem.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “De facto esta discussão foi longa e desviou-se para outros caminhos que à partida não estaríamos a contar, nomeadamente a questão do PAEL porque vamos ter uma assembleia extraordinária para discutir essa questão que é de facto extremamente importante. -----

De facto o Bloco de Esquerda não está a querer criar uma crise política, ela está criada, toda a gente sabe as divergências existentes no seio do governo que foram publicamente assumidas e que deram origem inclusivamente ao recuo da TSU e portanto, não é o Bloco de Esquerda que está a colocar uma crise política, descanse o PS em relação a isso, o Bloco de Esquerda a única coisa que está a tentar fazer é interpretar as realidades que estão presentes no dia-a-dia e na reação que o povo tem em relação à política como ela se vai desenvolvendo. -----

Da nossa parte haverá sempre um apoio da resistência popular a esta ofensiva, que é uma ofensiva contra os mais necessitados, contra os trabalhadores e contra as famílias.

A rádio tem uma coisa interessante que é relembrar-nos, avivar-nos a memória às frases que se vão dizendo, dois mil e doze é um ano difícil, para o ano que vem já não estamos em recessão, pelos vistos, a previsão é de um por cento. -----

---

De qualquer forma, os visionários na nossa ótica estão todos no governo, aliás, todo a ação em volta da TSU se olharmos com atenção a tudo o que se passou e à forma como foi recebido pelo conjunto da sociedade, desde os patrões aos sindicatos, vê-se aonde é que estão os visionários. -----

É necessário dar um alento e reforçar o apoio à luta que os trabalhadores e que o povo português sabe fazer em relação a esta política, esta política é uma política que nos tem vindo a afundar, nós sabemos que há quem pense que a ação do governo devia ir além da Troika, o próprio governo defendeu isso, disse que não era preciso o memorando para fazer esta política porque esta política de facto está a ser desenvolvida através do apoio da Troika, era uma política que o governo entendia como necessária, é preciso haver um processo de empobrecimento dos portugueses e só depois disso é que saíamos da situação aflitiva em que nos encontramos, acho que na primeira parte o governo está a conseguir concretizar, a segunda parte é que me parece que não, não iremos sair da situação aflitiva porque a tendência é para o afundamento, em relação ao empobrecimento acho que está a conseguir, estamos todos mais pobres.” -----

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Antes de passarmos à votação, não queria deixar de fazer uma nota na sequência deste documento. -----

Estamos a viver tempos difíceis, ninguém tem dúvida disso, o nosso povo no dia quinze manifestou-se, ninguém questiona isso, mas manifestou-se em termos gerais para além dos partidos, para além das centrais sindicais, para além da manipulação política, para além de toda uma série de coisas que foram atribuídas a algo que deveria ser entendido acima de tudo, como um ato coletivo pacífico de gente que se sente no direito de manifestar o mau estar que sente, de gente que ao longo de muitos anos se calou e um dia achou que tinha de dizer alguma coisa, não consigo entender a tentativa de aproveitamento político, a tentativa de agitação que está a ser feita àquilo que foi a manifestação e as manifestações que aconteceram ao longo do país, no dia quinze. -----

Não estou a falar especificamente para ninguém nesta sala, estou a falar em termos genéricos. -----

De facto, aquela manifestação que culminou inclusive com atos agressivos, com uma imagem que nenhum de nós provavelmente queria que existisse, não é a manifestação do nosso povo, a manifestação dos portugueses foi uma manifestação de gente que entendeu dizer o que entendia, aquilo que foram posições extremas e terminais, não têm a ver com o espírito democrático e consciente da generalidade do povo português que esteve na rua no dia quinze de setembro. -----

Peço que considerem isto não como uma afronta a quem quer que seja nesta sala, mas, como um desabafo sobre aquilo que foi sentindo ao longo dos tempos, porque de facto, alguns houve que procuraram aproveitar a fragilidade de muitos para retirar elações e ações que não são as nossas ações enquanto portugueses.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Da forma como a senhora Presidente da Assembleia está a levantar a questão, dá a ideia que os sindicatos e alguns partidos é que se aproveitaram da situação que se passou em frente da Assembleia da República e não é nada disso. -----

Amanhã mais uma vez será demonstrado que nem o Partido Comunista, nem os partidos de esquerda, nem os sindicatos, têm a ver com essa agitação. -----

Essa atitude foi de alguns cidadãos que por falta de conhecimentos ideológicos e por falta de uma formação ideológica se manifestam de uma forma diferente, que os partidos de esquerda não se revêm nessa manifestação.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Muito obrigado senhor deputado, veio ao encontro daquilo que eu disse, espero que não tenha sido mal entendida porque eu disse não me dirigia especificamente a ninguém nesta sala e obviamente que estão aqui pessoas ligadas aos sindicatos e aos partidos políticos e portanto, espero que esse entendimento tenha sido claro. -----

Vamos passar à votação da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.” -----

### VOTACÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi rejeitada por maioria, com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos a favor, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e cinco abstenções do Partido Socialista.-

Seguidamente o Partido Socialista apresentou a seguinte moção: -----

### MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, tendo presente o encerramento pela Administração da Caixa Geral de Depósitos da única Agência da Caixa Geral de Depósitos situada na Zona Norte, repudia de forma veemente esta posição assumida por tal administração, pelas razões que se passam a expor: -----

A Caixa Geral de Depósitos é o único banco com Capitais Públicos que deve prestar ao povo português um serviço que respeitasse o interesse público.-----

No tocante à Agência que foi hoje encerrada esta situa-se na maior zona populacional do Entroncamento, não se visualizando qual a utilidade do seu encerramento.-----

Ademais irá prejudicar de uma forma irreversível os munícipes do Entroncamento, uma vez que tinha uma localização privilegiada, com fácil acesso e estacionamento, que permitia uma total comodidade a comerciantes, idosos e público em geral, para aí tratarem dos seus assuntos. -----

Não pode, de forma alguma, este órgão conformar-se com o continuado encerramento de estruturas bancárias, comerciais, culturais e sociais a que o Entroncamento começa a estar votado. -----

E delibera: -----

Um voto de protesto de todas as forças partidárias da Assembleia Municipal do Entroncamento, sobre tal encerramento; -----

- Que esta tomada de posição seja transmitida às seguintes entidades: -----

- Gabinete do 1º Ministro -----

- Gabinete do Ministro das Finanças -----

- Administração da Caixa Geral de Depósitos -----

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

Pedi a palavra **Rui Gonçalves**: “ Concordo em absoluto exceto num parágrafo com a moção. -----

Não posso de maneira alguma concordar que à boleia de uma moção com o valor devido que é, se tente fazer aqui política em relação ao resto das opções de uma Câmara Municipal, nomeadamente quanto ao encerramento de estruturas culturais e sociais. -----

Pergunto qual é que o âmbito e alcance deste cultural e social e depois reservo-me a responder a esta questão.” -----

---

Continuou **António Ferreira**: “A Caixa Geral de Depósitos é um banco que tem uma certa dinâmica, foi um banco inovador no passado, foi um banco que levou as suas sucursais, delegações e instalações junto das populações. -----

A Caixa Geral de Depósitos é o banco do povo há muitos anos e prestado muitos e bons serviços à população portuguesa. -----

No Entroncamento quando foi criado aquela delegação na parte norte do concelho, era porque correspondia de facto a uma necessidade da população que passava horas e horas nas atuais instalações.-----

Vamos apoiar a moção do PS e aprová-la. -----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “ O senhor deputado Rui Gonçalves mora no Entroncamento? -----

O Centro Cultural diz-lhe alguma coisa? -----

O TREMDIRIVIR diz-lhe alguma coisa? -----

O Cinema diz-lhe alguma coisa? -----

O Jardim de Infância da CP diz-lhe alguma coisa? -----

Penso que chega.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Baralhamos aqui algumas coisas que não são baralháveis. -----

Antes de passar a palavra ao senhor Rui Gonçalves, permita-me dizer-lhe o seguinte: Se há matéria em que ninguém pode acusar a Câmara Municipal ou a minha pessoa de não ter feito todas as diligências possíveis para que o Jardim de Infância da CP não encerra-se de facto e não encerrou, não consigo perceber a associação da questão Jardim de Infância da CP a este documento. -----

Estamos a falar de uma coisa que eventualmente ia fechar, porque havia ordens do governo anterior para que fechasse, havia uma planificação para que fecha-se, foi possível juntamente com a empresa, juntamente com uma entidade com fins não lucrativos do concelho, ir ao encontro das famílias, dos trabalhadores da CP, ir ao encontro de outras pessoas e quando digo pessoas, digo uma entidade que todos reconhecemos, para que esta valência se mantivesse ativa e disponível, com um conjunto de condições para que as crianças dos trabalhadores dos transportes ferroviários e outras eventualmente, pudessem continuar a beneficiar daquele serviço. --

Podemos questionar algumas coisas, a matéria do Jardim de Infância da CP, parece-me no mínimo e desculpe a expressão, um pouco sério que seja evocada relativamente a esta moção. -----

Relativamente a outras questões, nomeadamente quando falamos no Cine teatro S. João, todos sabemos que o montante necessário para uma obra que permita que aquele espaço volte a trabalhar, que cumpra regras de segurança e de qualidade, vai muito para além daquilo que a tesouraria da Câmara Municipal poderá dispor. -----

Já foi dito aqui diversas vezes, que estamos a tentar encontrar recursos para devolver ao Cine Teatro S. João, condições para o mesmo funcionar com dignidade, com qualidade, garantindo regras de segurança e obviamente não hipotecando aquilo

---

que são os compromissos e as obrigações primeiras do município, para com os trabalhadores, para com a população.” -----

Interveio **Rui Gonçalves**: “ Não sei por aonde é que o senhor deputado tem andado, eu tenho andado por cá, ando nesta assembleia há dezasseis anos e o senhor entrou para este órgão há três anos e por isso, eu perdoo-lhe determinadas intervenções.-

Sabe desde quando é que o cinema tem o telhado estragado, na altura foi mais importante comprar cadeiras do que arranjar o telhado. -----

O senhor deputado tem andado fora daqui porque eu não o vejo nas ofertas culturais da Câmara. -----

Em relação ao Infantário da CP, peço desculpa, mas aí é que o senhor deputado definitivamente não anda cá, não pode é acusar a Câmara de não ter feito todos os esforços para que ele não fechasse. -----

Pode criticar esta Câmara de tudo, mas tenha cuidado quando critique com razão e verdade, isto aqui não é a Assembleia da República, não estamos aqui para criticar uns aos outros, conhecemo-nos há muitos anos e portanto, a parte da ofensa pessoal como digo, perdoo-lhe mas não lhe tiro a culpa.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Desejava centrar um bocado a questão da Caixa Geral de Depósitos, a privatização é capaz de não ser alheia a esta situação, os cortes na gordura da empresa. -----

Sobre as últimas questões aqui levantadas, queria chamar à atenção que não foram só estas instituições que acabaram no Entroncamento, o Instituto Superior de Transportes e Comunicações, a Manutenção Militar e mais do que isso, isto é que deu a machadada no Entroncamento, dez mil postos de trabalho que existiam nas oficinas da CP e hoje podemos dizer que não temos comércio, não temos uma vida económica, mas tínhamos quando havia estes postos de trabalho.” -----

**Carlos Amaro** referiu: “ Pediu-me que espaços é que encerraram, dê-lhe o exemplo de alguns, mas para tristeza de todos o Jardim de Infância da CP fechou, é facto que o Cine Teatro S. João está fechado, o Cinema 121 está fechado. -----

O que estamos aqui a debater é o encerramento da Caixa Geral de Depósitos na zona norte.” -----

Pedi a palavra **Carla Roma**: “ Sobre a moção que estamos a discutir, gostaríamos apenas de dizer que a nossa bancada se revê na moção apresentada pelo PS e gostava de mencionar a especial preocupação que temos com a população idosa que reside na zona norte do concelho e que recorre essencialmente à Caixa Geral de Depósitos, por razões que todos nós conhecemos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a moção. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOCÃO** -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

---

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ Dentro daquilo que é as competências desta Assembleia Municipal, esta bancada gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, no seguinte: -----

Tendo em conta os últimos acontecimentos reportados pelos nossos vereadores da bancada socialista no executivo e com todo o respeito que tenho pelo senhor Presidente, que assume as suas responsabilidades com uma postura que é correta e que o caracteriza, sem nunca fugir às questões que lhe são colocadas, gostaria que respondesse pormenorizadamente ao seguinte: -----

O que é que se passou com a empreitada de construção da escola Ruy D'Andrade?

Que custos é que a Câmara vai assumir? -----

Estão salvaguardadas quer a segurança, quer o bem-estar das crianças? -----

Agradeço desde já a disponibilidade do senhor Presidente.” -----

Passou-se de seguida ao período de intervenção do público. -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio **Julieta Brás**: “ Venho aqui novamente apelar para o que se passa no centro da cidade, onde temos o nosso comércio na rua Rui Luís Gomes, e que hoje mais parecia um cais de cargas e descargas, que tapa a visibilidade das montras das lojas. -----

Solicitei que fosse ali colocado uns pilares naquela zona e haja mais vigilância da polícia, um lugar de estacionamento para deficientes e divisões para o estacionamento. --

Em relação aos repuxos nesta altura do inverno, só os jatos chega, a ideia foi boa, devia haver uma maior limpeza. -----

Gostava de ter uma resposta, uma vez que já é a segunda vez que venho aqui intervir sobre o mesmo assunto e não obtive qualquer resposta.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**:” Na sequência que foi levantada ao senhor Presidente da Câmara relativa à escola Ruy D'Andrade, todos nós sabemos que há um processo de obra, um processo de obra como é do seu conhecimento teve direito a um pedido de consulta por parte de elementos da bancada do Partido Socialista e de autarcas do nosso concelho, o processo foi facultado e os esclarecimentos foram dados.

A obra está a decorrer conforme deve decorrer, os esclarecimentos foram dados quando foram solicitados, obviamente há aqui um trabalho que está a ser feito e do qual o senhor Presidente em tempo dará os esclarecimentos relativos ao mesmo. -----

Também todos sabemos que no arranque do ano letivo foram dadas indicações numa reunião especial para esse efeito, a professores e funcionários da escola, porque há um plano de segurança relativo à circulação e vivência no espaço da escola, que foi apresentado e obviamente vai ser acompanhado por quem no município pode e deve tratar desta matéria. -----

Relativamente a outras matérias, na análise da informação do senhor Presidente, poderemos voltar a este assunto.” -----

Entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

### ORDEM DOS TRABALHOS

#### PONTO NÚMERO UM

---

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** -----

Pediu a palavra **Fátima Búzio**: “ Realmente no início houve uma confusão em relação à distribuição do documento que nos chegou à mão, que não estava conforme o documento que foi posto à discussão, faltava o Diário da República. -----

A nossa posição em relação às alterações propostas é de total acordo. -----

O regulamento foi sendo melhorado ao longo dos últimos anos, as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, permitiram finalmente que um maior número de crianças fossem abrangidas, nomeadamente aquelas cujos encarregados de educação se encontrem desempregados, possibilitando assim que os mesmos tenham oportunidade de procurar emprego e de entregar na Segurança Social os tais papeis carimbados e ao mesmo tempo, frequentar as ações de formação que lhe são propostas contribuindo assim para que o governo os exclua das estatísticas do desemprego.” -----

Continuou **Mário Eugénio**: “ Este regulamento já aqui veio uma série de vezes, o texto apresentado parece-nos equilibrado. -----

Este artigo objeto de maior debate ao longo destes dois anos, que foi o artigo terceiro, também nos parece que apresentou um texto com o qual concordamos e consideramos poder ser aceite por todos e portanto, vamos votar favoravelmente.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Em primeiro lugar dar nota de que, as reduções nos valores que são aplicados em serviços prestados às famílias, são em alguns escalões de cinquenta por cento em relação àquilo que estava a ser cobrado no ano transato. -----

Por uma questão meramente processual mas que é essencial para que a tabela possa ser aplicada, solicitamos que ao abrigo do Código do Processo Administrativo, que é permitido a esta Assembleia, este novo regulamento tenha retroatividade ao princípio do ano letivo, para que os serviços sejam cobrados obviamente a partir do princípio do ano letivo e não a partir do próximo mês.” -----

Não existindo mais nenhuma intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM** -----

O ponto número um “ **Proposta de Alteração do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar,**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

**PONTO NÚMERO DOIS** -----

**IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2013** -----

Interveio **Carlos Amaro**:” Decorrendo que está uma avaliação geral de mais de cinco milhões de imóveis urbanos, estes são precedidos de um significativo aumento do valor patrimonial tributário sobre o qual incide a taxa de IMI fixada por cada município.

---

O PSD do Entroncamento, prometia como há pouco ouvi, como estava no seu programa eleitoral, como disse a senhora Presidente da Assembleia que primeiro estão as pessoas, num momento de grandes necessidades sociais, perante um governo que está a executar um programa de empobrecimento, como hoje já falamos aqui, um empobrecimento forçado da maior parte da população, o município do Entroncamento não pode deixar de equacionar o abaixamento das taxas do IMI, não apenas pela taxa de desemprego, mas também pelo crescimento da pobreza e por questões de prudência e rigor na gestão do bem público dos impostos. -----

Pelo exposto, nós entendemos votar contra, no entanto, gostaria de colocar uma questão à bancada do PSD, porque é que mantêm para 2013 a mesma taxa de IMI, sabendo que o aumento em curso do valor patrimonial tributário vai fazer crescer brutalmente o IMI a pagar pelos contribuintes.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ Este ponto vem mesmo a propósito da moção que apresentámos, as dificuldades com que o conjunto da população está a viver vão-se refletir no próximo ano de uma forma muito significativa, para além de estarmos a aplicar taxas de IMI dentro dos valores máximos previstos por lei, ainda ocorre uma outra particularidade que é haver um processo de revisão patrimonial do valor dos imóveis. -----

A Câmara do Entroncamento tem em certa medida e felizmente tido um aumento gradual da receita de IMI por diversas razões, o parque habitacional é significativo, porque a nossa cidade é um concelho urbano e portanto daí se refletir um valor significativo de receitas no IMI. -----

O processo de atualização que está em curso, vai aumentar significativamente o valor do IMI a pagar. -----

Pareceu-nos a nós de termos feito uma proposta de que o valor da taxa do IMI fosse dentro do intervalo previsto por lei, mas mais baixo do que foi votado no executivo, que houvesse de certa forma uma preocupação com a subcarga que estes encargos têm nas famílias residentes no Entroncamento. -----

Toda a gente sabe, por razões estruturais, que o nosso País é um País de proprietários, há pouco arrendamento por razões históricas são conhecidas, os bancos tinham vantagens significativas no empréstimo para aquisição de residência própria, é uma realidade histórica do nosso País e que nós temos que viver com ela, significa que temos de olhar para ela com critérios, critérios de bom senso e julgamos que não está a ocorrer neste ponto. -----

Nós vamos votar contrariamente à proposta apresentada pelo executivo.” -----

Continuou **António Ferreira**:” O governo através do orçamento de estado para 2012 decidiu aumentar as taxas máximas de 0,7 para 0,8 por cento e nos prédios avaliados também decidiu aumentar. -----

A Câmara decidiu manter as taxas do ano passado, nós decidimos continuar com a nossa proposta dos 0,6 por cento para os prédios urbanos não avaliados e 0,3 por cento nos prédios avaliados. -----

---

Em resposta aquilo que foi aqui dito, não sei se no Entroncamento com a reavaliação dos prédios urbanos, nós de facto vamos ter um grande aumento das receitas em termos de IMI. -----

Nos concelhos onde os prédios urbanos são mais antigos, aí pode disparar o valor patrimonial das habitações mesmo com os 0,4 ou 0,5 por cento, a coleta em termos de IMI pode ser aumentada substancialmente. -----

No Entroncamento, como os prédios são mais recentes, isso pode não vir a acontecer. -----

Penso que não é demagógico a CDU manter os 0,6 e 0,3 por cento, porque de facto, no Entroncamento nos últimos anos desde que foi implementado o sistema de IMI, desde essa altura que se tem verificado uma enorme receita em termos deste imposto. -----

Em termos deste imposto, poderão dizer, mas a Câmara em tempos tinha outras receitas e agora não tem, a Câmara habituou-se a viver com outras receitas e não se devia ter habituado com essas receitas de licenças de obras, loteamentos e outras coisas do mesmo género.” -----

Referiu **Rui Gonçalves**: “ Estou contente por concordar com o senhor António Ferreira, finalmente vejo alguém a dizer que a coleta de IMI não vai aumentar exponencialmente no Entroncamento, é que todos os anos ouço dizer que ela vai aumentar exponencialmente, depois vai-se ver a cobrança. -----

A Câmara do Entroncamento, ao contrário de outras câmaras ao nosso redor, decidiu manter as taxas aplicadas o ano passado, o ano passado fomos criticados por manter estas taxas, o que dirão agora de outras câmaras aqui ao lado que aumentaram as suas taxas, quando na altura foram considerados uns verdadeiros patriotas e neste momento não sei qual é que será o adjetivo para os caracterizar. -----

Efetivamente com a revisão do parque predial que nós temos, conheço muitas casas que eram autênticos palácios, que eram avaliadas como um T1, tomos sabemos como é que funcionava o declarado valor patrimonial e por isso é que essas taxas vão aumentar e é bom que assim seja para haver equidade fiscal para todos. -----

A bancada do PSD concorda em absoluto com esta manutenção das taxas de IMI.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**:” Em relação ao aumento do IMI no Entroncamento, quando era contribuição autárquica há sete ou oito anos atrás, eram seiscentos mil euros, e neste momento temos uma coleta de dois milhões e trezentos mil euros, o que significa um incremento enorme em termos de IMI, que contribui decisivamente para que as receitas do município em termos de impostos diretos, sejam muito maior que as transferências neste momento, infelizmente. -----

Não podemos continuar a subcarregar os cidadãos e sobretudo em tempos de crise nós temos que aliviar a carga fiscal sobre os cidadãos e penso que podemos desde que venhamos a resolver os nossos problemas da Câmara, que é um problema que não vai ser resolvido com o PAEL, mas vai ser resolvido de outra forma, que é o cuidado que devemos ter entre as receitas e as despesas. -----

---

Não vi a preocupação deste município até agora, com a exigência do governo em relação a ficar com 5% das receitas do IMI, quando anteriormente só retinha 2% de receitas de IMI, há preocupação por parte da Associação Nacional de Municípios, por parte da Câmara Municipal, não vi ainda essa preocupação.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois “ **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2013**” foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

#### **LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2013** -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Acho que deve haver a preocupação com as pequenas empresas de aliviar parte deste imposto a empresas do nosso ponto de vista que pode ir até um volume de negócios de duzentos e cinquenta mil euros. -----

É justo que as empresas que tenham a sua atividade no Entroncamento, deixem alguma parte da riqueza criada aqui, através deste imposto. -----

Estamos de acordo, com a aplicação aos transportes urbanos que é um setor de prestação social, que é importante para a nossa população.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Tivemos uma proposta diferente daquela que foi aprovada no executivo. -----

Apresentámos uma proposta em certa medida manifestando a preocupação com as mais pequenas empresas do concelho, continuamos a pensar que era correto haver uma diferenciação na aplicação da taxa da derrama e que, as empresas que tinham valores de negócio até cento e cinquenta mil euros, tivessem uma taxa de esforço menor que aquelas que têm outras taxas de rentabilidade e outro volume de negócios. -----

Fizemos uma proposta que apontava para 1,5% e para 0,5%, sendo que a taxa menor seria para as empresas cujo valor de negócios não ultrapassassem os cento e cinquenta mil euros, entendíamos que era uma forma de discriminar positivamente as empresas com mais dificuldades no presente momento e portanto, a razão de termos votado de uma forma diferente e na assembleia iremos votar contrariamente à proposta apresentada.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “ Concordamos na generalidade daquilo que já foi dito. Hoje as empresas apresentam dificuldades em investir, no acesso ao crédito bancário, concordamos com o fim da derrama neste momento, mas o seu percentual, em nosso entender, estará errado pelos motivos que já referi. -----

Por esse motivo, a nossa bancada vai votar contra.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Já é repetente esta derrama ser canalizada para os transportes urbano, são um serviço das populações que é essencial e para se tornar viável proceder desta sustentabilidade. -----

---

Acho que não é muito normal fazer-se, mas o PSD já o fez mais que uma vez e volta a fazê-lo, saudamos a iniciativa do Bloco de Esquerda em ter apresentado uma iniciativa em sede de executivo, ser oposição, é ser capaz de apresentar propostas venham elas a ser votadas favoravelmente ou não e portando, o Bloco de Esquerda e única força política de apresentar uma alternativa aquela que tinha sido apresentada pelo Partido Social Democrata em sede de executivo. -----

O 1,5% que é proposto pelo executivo camarário, é sobre o lucro tributável sujeito a IRC gerado no concelho, lucro é lucro e quando nós pomos um patamar, vamos obviamente estar a restringir em muito, o acesso a esse negócio que ia ser aqui gerado e portanto, parece-nos que esta é efetivamente a melhor opção que pode ser tomada e obviamente que vamos apoiar-la e votar favoravelmente.” -----

**António Ferreira** referiu: “ Em relação a este valor, o valor não é o obtido no concelho é o valor em termos de qualquer parte do País. -----

A aplicação da derrama é feita em função do número de trabalhadores que têm no concelho.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Só uma pequena observação, só para lembrar que o Bloco de Esquerda por hábito, apresenta propostas alternativas e propostas únicas, inclusivamente muitas vezes e felizmente apoiadas pelo executivo.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três “ **Lançamento de uma Derrama para o ano de 2013** “, foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

Passou-se de seguida ao ponto número quatro da ordem dos trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

#### **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2013** -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ Isto é um assunto recorrente, o Bloco de Esquerda habitualmente vota favoravelmente esta proposta apresentada, porque entende que o IRS por ser um imposto progressivo é talvez o imposto mais equilibrado, que se tem sobre os rendimentos das pessoas singulares. -----

Todavia, há aqui uma situação nova que se vai criar, não é por esse motivo que o Bloco de Esquerda vai mudar a sua opinião em relação ao presente, mas tem a ver com as alterações ao escalões do IRS que estão previstos e que provavelmente, tudo indica, irão agravar ainda mais a taxa de esforço de impostos que o povo português paga atualmente. -----

Esperemos que não seja desvirtuado o sentido equilibrado e progressivo do IRS e relativamente à proposta apresentada nós iremos votar favoravelmente.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Nós também apresentamos propostas em todo o lado e se não apresentamos no executivo, é porque não estamos representados. -----

---

As receitas do IRS foram aprovadas através de lei, para compensar um roubo que foi praticado às Câmaras Municipais em tempos, diminuiu-se as transferências para os municípios e deu-se como contrapartida uma comparticipação no IRS. -----

Nós ao atribuímos uma parte desse IRS às populações, não estamos a beneficiar de forma igual as populações, porque quem tem rendimentos até um determinado montante não paga IRS, portanto, estamos a atribuir uma benesse a determinado tipo de população que tem rendimentos superiores a esse montante, estamos a contribuir para uma injustiça social. -----

Em relação às receitas do IRS, estes rendimentos são fundamentais em termos de as câmaras poderem fazer face a determinadas despesas, quando cada vez mais o Estado Central corta nas transferências para os municípios. -----

Vamos apoiar mais uma vez a taxa máxima na participação do IRS.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro “ **Participação Variável do IRS a Liquidar em 2013**”, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** -----

##### **PETIÇÃO – CASAL SENTISTA** -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ É uma petição que nos chegou a nós Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e à Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, segundo me foi transmitido, para além de também ter sido remetida aos órgãos das freguesias de Olaia, Meia Via, Santiago e aos órgãos do município de Torres Novas. -----

Relativamente a esta e sendo invocado na mesma a lei do direito de petição, ela existe em termos genéricos, não existindo regulamentação específica no que respeita aquilo que são as iniciativas ou dinâmicas no âmbito da lei do direito de petição da responsabilidade das autarquias locais. -----

Porém, entendemos e assim fizemos, convidar representantes dos signatários da petição, nomeadamente a pessoa indicada como representante, para reunir com a comissão permanente da Assembleia Municipal, o que aconteceu na segunda-feira, tendo dado conta daquilo que são as suas pretensões e portanto somos hoje confrontados com aquilo que é a petição. -----

Houve entretanto, sobre esta mesma petição algumas diligências também dos outros órgãos autárquicos, nomeadamente da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sendo que, na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima a matéria foi abordada, mas não nos chegou nada formalmente sobre essa abordagem. -----

Relativamente àquilo que é o parecer emitido pela Câmara Municipal, sobre este manifesto de vontade, foi distribuído aos senhores membros da assembleia o ofício em

---

que o município se pronuncia favoravelmente à eventual integração na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do território respeitante ao Casal Sentista que não faz parte do território do concelho e que está disperso pelas freguesias de Meia Via, Olaia e Santiago. -----

Temos essa questão na nossa posse, sendo que, também foi dado conhecimento daquilo que foi a deliberação da Câmara Municipal, aos órgãos do concelho de Torres Novas e das freguesias do respetivo concelho.” -----

Pediu a palavra **Carla Roma**: “ Á semelhança daquilo que já foi dito esta petição que nos chega vem assinada pela maioria dos moradores do Casal Sentista e que visa a integração no concelho do Entroncamento das áreas do Casal Sentista que estão neste momento situadas no concelho de Torres Novas e que solicita o parecer desta Assembleia Municipal, bem como sejam desencadeados os mecanismos processuais necessários na execução desta mesma transferência. -----

Esta é uma situação que cabe na atual discussão sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e como tal, deve ser analisada nesse âmbito. -----

Trata-se de alteração de limites territoriais que incluem a transferência entre si de parte do território de diferentes freguesias, prevista no artigo décimo sétimo, número um, da lei número vinte e dois, dois mil e doze, de trinta de maio. -----

Uma vez que a figura do referendo local não se aplica nesta situação em concreto, mas que nos chega petição subscrita pela esmagadora maioria dos habitantes do Casal Sentista, para nós é regulador qual é a vontade da população. -----

Neste caso, o Bloco de Esquerda propõe que esta assembleia se pronuncie de forma favorável às pretensões desta mesma petição e que sejam tomadas todas as medidas no sentido de avançar com a mesma.” -----

Proseguiu **Célia Leal**: “ Depois de termos ouvido os peticionários em sede de comissão permanente, queríamos deixar bem claro que entendemos também de estar neste caso ao lado e aceitar a inclusão desse território na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, tendo sempre a noção de que não queremos entrar em conflito com o concelho de Torres Novas e também temos a ideia de que realmente, esse movimento é um movimento genuíno, um movimento da própria população, que não é o movimento partidário, que não está movido neste caso os seus membros por ideais políticos de qualquer partido. -----

Dentro daquele espírito de que compreendemos os anseios destes membros, a nossa posição é, se for de acordo com os interesses também das outras entidades que têm que ser ouvidas, de dar o nosso sentimento enquanto partido para a inclusão desse território, se for uma situação que gere conflito com o município de Torres Novas, entendemos que o bom senso deve imperar e que, outras situações possivelmente terão que ser estudadas.” -----

Continuou **Mário Eugénio**: “ Quase tudo está dito, nós gostaríamos apenas de relevar um outro aspeto. -----

Um deles está de um certo modo subjacente à intervenção do Bloco de Esquerda, de qualquer forma gostaríamos de vincar o seguinte: -----

---

Não só da reunião que tivemos com os representantes dos moradores do Casal Sentista, mas com a própria petição, de facto historicamente e na prática, o Casal Sentista está efetivamente bastante ligado ao Entroncamento e isso é um aspeto para nós muito importante. -----

Gostaria de ler o ponto onze da petição e nenhum de nós tem dúvidas sobre isso, que a grande maioria das pessoas que habita no Casal Sentista independente da freguesia a que pertence, utiliza os serviços, as repartições, ensino, comércio, igreja e sobretudo, os próprios transportes públicos do Entroncamento, são muito utilizados por eles para virem ao Entroncamento, a vida deles faz-se no Entroncamento. -----

Gostaríamos de fazer uma pergunta, se nos puder ser respondida muito bem, que era: Independentemente desta petição ter sido enviada às freguesias, ao Município e Assembleia Municipal do concelho de Torres Novas, gostaríamos de saber que contatos institucionais já houve entre o município do Entroncamento e o município de Torres Novas? -----

De qualquer forma, concordamos com aquilo que é dito no documento que nos foi distribuído, que era: Esta Assembleia Municipal manifestar disponibilidade para acolher a pretensão manifestada na petição do Casal Sentista.” -----

Interveio **José Baptista:** “ Ao recebermos esta petição, obviamente sendo uma vontade das populações e o direito de petição é a maior vontade que qualquer população pode ter para fazer expressar a sua vontade, porque é uma forma democrática e justa de mostrar ao poder político qual é a sua pretensão e fundamentada. -----

A petição que foi apresentada pelos habitantes do Casal Sentista, elenca uma série de fatores para os quais querem ser integrados no município do Entroncamento. -----

Não creio que seja uma questão de vontade melhor ou maior de estar no concelho de Torres Novas ou estar no concelho do Entroncamento, mas sim por uma questão de afinidade com o concelho do Entroncamento, por uso dos serviços do concelho do Entroncamento, as populações vêm ao centro de saúde, as crianças vêm para a escola, usam os transportes urbanos do Entroncamento e portanto, toda essa questão é compreendida e parece-nos mais que razoável, que essa afinidade gera esta vontade de se unificarem à Freguesia de Nossa Senhora de Fátima no concelho do Entroncamento e deixarem assim o concelho de Torres Novas. -----

Sabemos também, que o concelho de Torres Novas tem que ser ouvido neste processo, agendou para a próxima quarta-feira a Assembleia Municipal este ponto para ser discutido, não sei o que vai acontecer em Torres Novas, não faço a mínima ideia o que é que os autarcas vão decidir, tenho uma ligeira ideia. -----

Se há uma pretensão das populações, se está ao nosso alcance, se o podemos fazer, se não vamos prejudicar ninguém e se vamos beneficiar a vida destes cidadãos, o Partido Social Democrata desta Assembleia, o executivo como já teve a oportunidade de o dizer em reunião de executivo, a Junta de Freguesia e a Assembleia, com já tiveram a oportunidade de o dizer também, estamos obviamente ao lado das populações e aceitamos a sua integração quando formos chamados a tal situação, iremos então apresentarmo-nos e estar ao lado daqueles que peticionam por serem integrados no município do Entroncamento.” -----

---

**Mário Eugénio** referiu:” Não me revejo nestas últimas palavras ditas pelo senhor José Baptista, de facto acho que esta petição faz todo o sentido, mas nós não conseguimos sozinhos nem devemos ter a pretensão e do que vão ser as posições de Torres Novas. -----

De qualquer das formas, queria deixar uma nota que ainda à bocado me esqueci de referir, quem esteve na reunião com os representantes dos habitantes do Casal Sentista, a própria petição que eles fizeram é feita nos termos da lei 43/90, disse na altura, os pressupostos desta petição com a qual nós concordamos, não têm a ver com a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, com a lei 22/2012.-----

Embora eu compreenda as razões que nos levam a apoiar no âmbito da nova lei esta petição, de qualquer forma a pretensão deles, os pressupostos que eles apresentam, gerais, históricos etc.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Efetivamente a lei 43/90 com a redação que lhe é dada pela lei 45/2007, é a lei do direito de petição. -----

Falei na lei do direito de petição mas não especifiquei esta matéria e que é também o facto de nos ter sido transmitido, que para além das diligências junto dos órgãos autárquicos que eu referi aqui relativos ao nosso concelho e dos órgãos autárquicos de Torres Novas, nos foi transmitido que ainda está a decorrer a conclusão do processo de recolha de assinaturas, para que a petição seja entregue na Assembleia da República. -----

Para além de ser invocada a lei 43/90, com a redação resultante das alterações introduzidas pela lei 45/2007, é neste tempo e exatamente antes de nós decidirmos alguma coisa que teríamos que decidir ou não, na minha opinião faz sentido decidirmos relativa ao processo resultante da lei 22/2012, que este documento nos surge e não faz sentido estarmos perante matéria desta natureza não nos debruçarmos sobre ela. -----

Obviamente que nós não procuramos este caminho, nós não fizemos nada relativamente a este processo para além daquilo que o concelho fez ao longo dos anos, primeiro a freguesia depois o concelho, que foi de acolher as populações, de ir ao encontro das suas necessidades e de efetivamente dar às populações deste lugar aquilo que elas não encontraram no seu concelho de origem. -----

Nós não recebemos os impostos destas populações, mas não deixámos de estar disponíveis enquanto município e enquanto população, para ir ao encontro das suas necessidades, não estou a falar de nós o político ou o autarca, ou a pessoas com a função x ou y, estou a falar de nós, comunidade do Entroncamento. -----

Todos sabemos que o Entroncamento durante muitos anos teve uma única freguesia, e já nesse tempo a população do Casal Sentista usava o Entroncamento, servia-se dos serviços do Entroncamento e quando eu digo usava e servia-se, estou a dizer no melhor dos bons sentidos, não haja aqui qualquer sentido menos simpático às palavras que eu apliquei, e portanto, estamos a ir ao encontro daquilo que é uma realidade como fomos confrontados em termos formais neste momento e obviamente com o município de Torres Novas, houve ao que sei, da parte da Câmara Municipal a comunicação da deliberação em sede de executivo, comunicou aos órgãos do município e das freguesias e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, transmitiu também

---

as suas deliberações, não sei se o senhor Presidente da Junta me quer ajudar nesta matéria.” -----

Interveio **Manuel Bilreiro**: “ Na petição que eles enviaram, eles nomeiam que a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima está incorporada no Casal Sentista, o que não é verdade. -----

Há moradores do Casal Sentista que no passado foram moradores no Entroncamento, nós entendemos que é um desejo lógico eles quererem pertencer ao Entroncamento, se toda a vida deles fizeram vida no Entroncamento, a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima deliberou que é justo e estamos dispostos a recebe-los, cabe aos moradores continuarem as démarches até conseguirem tal facto.” -----

Prosseguiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Para criar alguma facilidade de trabalho, foi enviado aos senhores deputados uma nota escrita relativamente ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, mas que no parágrafo sétimo e oitavo, faz referência específica a esta matéria e portanto, aquilo que eu pergunto é se face à discussão, posso registar em ata a deliberação da disponibilidade desta Assembleia Municipal para em resposta à petição, ser dada na inclusão da pronúncia deste órgão, peço desculpa mas agora baralhei-me, nós Assembleia Municipal do Entroncamento, consideramos válida a pretensão da petição tendo em atenção os factos que já foram registados e que, considerando essa validade e a disponibilidade para receber o território que pretende juntar-se à Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, possamos incluir este facto na pronúncia da Assembleia Municipal relativo ao ponto seis da ordem do dia.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “ Falou nos parágrafos sétimo e oitavo e não são só os dois parágrafos, são os três últimos parágrafos, sendo que o último é a consequência dos anteriores. -----

Aquilo que se propunha no último ponto, que era *a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre a manutenção*, tem a ver com o ponto seis que vem a seguir, sendo que a segunda parte deste parágrafo, *manifestar disponibilidade para acolher a pretensão manifestada na petição do Casal Sentista*, tem a ver como ponto anterior, ou seja, parece-nos que este documento foi feito para os dois pontos, o ponto cinco e seis da ordem dos trabalhos.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Pergunto à Assembleia se face à discussão da petição, pode ficar registado relativamente ao ponto da petição a disponibilidade desta Assembleia para acolher a vontade manifesta das populações na petição, vou colocar esta pergunta como proposta à votação.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO** -----

O ponto número cinco “ **Petição – Casal Sentista, bem como a proposta apresentada pela senhora Presidente da Assembleia**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de imediato ao ponto número seis da ordem de trabalhos. -----

---

**PONTO NÚMERO SEIS** -----  
**PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO,**  
**SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL**  
**AUTÁRQUICA** -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Apenas uma nota prévia da minha parte, opiniões há, de que havia necessidade, ou não, relativa a esta pronúncia, a lei permite obviamente e todos sabemos, que em municípios existam até quatro freguesias, inclusive não haja alteração da estrutura territorial, porém, aconselha-me a prudência que nos pronunciemos no sentido de podermos dizer aquilo que entendemos, nem que seja, queremos tudo exatamente como está, sob pena de ao não nos pronunciarmos, darmos a outros a possibilidade de proporem por nós e daí a colocação desta questão na agenda da nossa Assembleia. -----

Relativamente a esta matéria se pronunciaram os órgãos autárquicos que legalmente deveriam fazê-lo, nomeadamente porque deveriam ser considerados para a pronúncia desta Assembleia, isto é, deveria ser considerado se se pronunciaram ou não e dar conta disso no ato da pronúncia. -----

Está nos documentos de todos nós, a pronúncia da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, a pronúncia da Assembleia de Freguesia de São João Baptista e a pronúncia da Câmara Municipal, está também, agora sim, o texto de que há pouco falávamos como uma proposta base para a eventual decisão e deliberação relativamente a este ponto seis da ordem de trabalhos, que coloco à discussão.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ A maior parte dos municípios do país não se vão pronunciar, quer aqueles que estão na mesma situação do Entroncamento, que não têm as quatro freguesias, quer aqueles que têm pela lei, podem vir a extinguir parte das suas freguesias. -----

Isto parece uma revolta por parte de alguns municípios e uma intenção de ver extinta a lei e nós que passamos por um processo, quando foi publicado o Livro Verde, vemos as duas freguesias extintas, devíamos ser solidários com os outros municípios, o texto que está aqui proposto, devia ir mais longe que era pronunciarmo-nos pela extinção da lei. -----

Não vamos votar contra, embora entendemos que não é necessário, a lei não nos impõe a pronúncia neste caso.” -----

Prosseguiu **Rui Gonçalves**: “ Senhor deputado, pensava que tinha ficado claro o esclarecimento da senhora Presidente, por isso resolvi intervir. -----

A lei não nos obriga, eu não quero é que nenhum iluminado da Unidade Técnica, que é quem decide em última instância todas estas situações, não quero que nenhum iluminado decida que em vez de duas, vamos ter uma freguesia.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ A Unidade Técnica propõe à Assembleia da República que depois terá que ser aprovada, mas a proposta é feita efetivamente pela Unidade Técnica e por portanto, terá que ser submetida a quem legisla.” -----

---

Interveio **Luís Grácio**: “ Esta discussão aqui no Entroncamento não é muito polémica, noutras locais será. -----

Do ponto de vista mais geral da lei, ela é problemática para muitos municípios e fundamentalmente para as freguesias que são as unidades mais próxima das populações, nunca entendi verdadeiramente o alcance significativo que esta lei iria trazer do ponto de vista da reorganização do território para os interesses das populações. -----

Se nós tivermos em consideração que o orçamento das freguesias é inferior a zero vírgula um por cento do orçamento geral do estado, vemos a implicação que estas alterações vão trazer, praticamente nulas, são insignificantes. -----

É nos dito que isto foi uma imposição da Troika, eu compreendo que os senhores da Troika não saibam o que são freguesias, eles vêm de outros países com outras realidades históricas, outras organizações administrativas diferentes das nossas, as nossas são fundadas em história, fazem parte da história do nosso País. -----

De facto no Entroncamento não é uma coisa muito polémica nem problemática, nem cria grandes clivagens de opinião, mas, esta lei em si, peço desculpa pelo termo que vou utilizar mas isto é um aborto completo.” -----

Referiu **Mário Eugénio**: “ Com pessoas na Unidade Técnica que se preveja que venham a adulterar tudo isto, então ainda pior.” -----

**Carlos Amaro** referiu: “ Concordamos com aquilo que foi dito pelo Bloco de Esquerda, todos nós conhecemos a posição do PS enquanto bancada e todos conhecem a posição do PS enquanto partido político nacional. -----

A lei não faz sentido, não se justifica ir alterar o número de freguesias.” -----

Pediu a palavra **Manuel Bilreiro**: “ Na minha opinião, acho que a lei é necessária.

Vou contar um caso em que uma filha habita entre Castro de Aire e Lamego, uma freguesia que tem menos de quatrocentos habitantes que está fechada todo o dia, o presidente mora no local e quando é preciso qualquer coisa vão bater à porta. -----

Estão em juntar-se quatro freguesias entre elas, com o objetivo de virem a ter uma técnica administrativa, que um dia está numa freguesia, no outro noutra, vai rodando, vai atender as pessoas, as populações ficam melhor servidas. -----

Estão a pensar convidar eleitores de cada freguesia para depois formar a junta, se eu estivesse num local desses, estaria no terreno para que os munícipes ficassem melhor servidos. -----

Há freguesias que receberam computadores, que nunca os tiraram do caixote porque não têm técnicos para se servirem deles.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Concluindo as intervenções, pergunto se o texto que foi distribuído pode ser a deliberação deste ponto da ordem dos trabalhos, ou se há alguma sugestão de correção ao texto a votar. -----

O texto é o seguinte: -----

A lei nº 22/2012, de 30 de maio, estabelece, no seu artigo 1º, ponto 1, “os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo.” -----

---

No ponto 2 do mesmo artigo, da referida lei, é consagrada “a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias”.

Dispõe, o ponto 3, do Artigo 6º, do mesmo diploma, que “... sem prejuízo do disposto no número anterior, a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias”.

É disposto no artigo 11.º, da mesma lei, que “A assembleia municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, respeitando os parâmetros de agregação e considerando os princípios e as orientações estratégicas definidos na presente lei...”.

A Câmara Municipal do Entroncamento deliberou sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, conforme documentos em anexo – proposta inicial (Anexo 1) e adenda à mesma (Anexo 2) em consequência de petição cuja cópia também se anexa (Anexo 3).

As Assembleias de Freguesia do concelho – A. F. de Nossa Senhora de Fátima e A. F. de São João Baptista – pronunciaram-se e emitiram os respetivos Pareceres (Anexos 4 e 5).

A Assembleia Municipal do Entroncamento recebeu a Petição - Casal Sentista, que apresenta mais de 600 subscritores, tendo a sua Comissão Permanente ouvido os representantes dos peticionários, no dia 24 de setembro, em reunião em que os mesmos deram conta das razões da petição e das diligências realizadas, tanto no que concerne aos órgãos autárquicos do Município do Entroncamento e freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do concelho do Entroncamento, como no que respeita aos órgãos do Município de Torres Novas e freguesias de Olaia, Meia Via e Santiago, do concelho de Torres Novas.

Em conformidade com a agenda da sessão da Assembleia Municipal do Entroncamento, de 28 de setembro de 2012, a Petição – Casal Sentista foi discutida, tendo sido deliberado registar a disponibilidade desta Assembleia para que a resposta à referida Petição seja dada com a inclusão na Pronúncia deste órgão, nos termos do previsto na Lei 22/2012, de parecer favorável à pretensão manifestada na Petição (Anexo 6 – deliberação aprovada em minuta).

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento pronuncia-se pela manutenção das atuais freguesias do concelho – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e Freguesia de São João Baptista - e manifesta disponibilidade para acolher a pretensão manifestada na Petição – Casal Sentista.

Não havendo nenhum pedido de intervenção, procedeu à votação do ponto número seis.

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS**

O ponto número seis “ **Pronúncia da Assembleia Municipal do Entroncamento, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Passou-se ao ponto número sete da ordem dos trabalhos.

#### **PONTO NÚMERO SETE**

---

**APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Quanto à Caixa Geral de Depósitos, também acho que é um atentado aos seus clientes e a um serviço que vai deixar de existir. -----

Comparar a Caixa Geral de Depósitos ao nosso Cineteatro, ao Jardim de Infância da CP, ao Centro Cultural, ao Tremdirivir e ao Estúdio 121, parece-me que não tem nada a ver, mas, já que isso foi referido, tenho que esclarecer aqui a posição e situação de todos estes equipamentos. -----

O cineteatro São João tem o projeto feito, assim como do terreno ao lado com um café concerto, está o projeto completamente feito, não há participações, podia ter havido no passado, houve outras opções, assumo isso, mas quando houve dinheiro para todos os cineteatros, nós no Entroncamento na gestão antes de eu ser Presidente de Câmara, colocaram-se uns tijolos de vidro, pintámos, colocou-se umas letras de inox e mandámos dizer que o nosso era o melhor do mundo. -----

Não acredito que neste quadro comunitário de apoio, no QREN venha a haver participação. -----

Em relação ao Centro Cultural foi uma aposta que a Câmara teve, hoje foi aberto um espaço de convívio para as pessoas. -----

O Tremdirivir, não tem que me perguntar nada disso a mim, tem de perguntar à gestão do PS, eles é que acabaram com o Tremdirivir, foram eles que acabaram com a participação e eu sou contra a que isso tenha acontecido, tive muitas reuniões, não houve hipótese nenhuma. -----

O Estúdio 121, está a ser tratado o mobiliário, caiu-nos há um ano os fundos disponíveis, houve opções, já tem ar condicionado, as cadeiras estão a estofar num particular, se fosse noutros tempos se calhar comprávamos cadeiras novas e a todo o momento e logo que possível será aberto. -----

Em relação ao Jardim de Infância da CP, parece-me de uma certa injustiça, que não se reconheça qua a Câmara Municipal do Entroncamento, quando foi solicitada para tal, não é nosso timbre andarmos metidos em associações a tratar das coisas, a minar porque nos dá alguma coisa politicamente. -----

Foi trazido a esta Câmara pelo vereador Carlos Matias, mas nunca foi pelas pessoas interessadas, a partir do momento em que as pessoas interessadas vieram falar connosco, resolveu e ainda bem em três semanas. -----

A Senhora Deputada e nossa Presidente da Assembleia Municipal foi comigo ao senhor Secretário de Estado dos Transportes, moveu o necessário junto da DREL em companhia com a senhora Vice-Presidente e a senhora Vice-Presidente junto da Segurança Social, conseguimos que ficasse aberto, que tenha a finalidade que devia ter, que é infantário de jardim-de-infância e neste momento está encerrado para obras. -----

As empregadas têm todas as condições para continuar a trabalhar no jardim-de-infância. -----

Sobre o IMI, o senhor António Ferreira falou que há oito anos sensivelmente era seiscientos mil euros de IMI e neste momento, se recebermos, são dois milhões e

---

trezentos mil, podia também ter dito o valor de investimento neste concelho de há oito anos. -----

Neste momento as nossas candidaturas ao QREN são vinte milhões de euros, são mais do que fizeram nos mandatos todos e estas coisas não se pagam de outra maneira.

Também não falou quanto é que baixou o IMT. -----

O Instituto de Transportes, o senhor era vereador, quando já tinha sido dado baixa do alvará, quando nós cá chegámos, fomos a correr os dois e já tinha sido dado baixa do alvará no governo anterior e o senhor sabe disso porque estava cá, não fui eu que deixou cair o Instituto Superior de Transportes. -----

Uma receita para compensar a retirada de verbas, diga lá às pessoas quando é que começaram a retirar as verbas, foi no tempo do governo anterior, não defendo o governo que lá está, defendo é o Entroncamento. -----

A obra do Jardim Parque já se iniciou. -----

As obras do quartel do Bombeiros Voluntários também já se iniciaram. -----

Ontem houve uma formação dos empresários, alguns empresários que vieram aqui fazer aquelas declarações muito grandes, foram convidados para estarem presentes e sabem o que lhes digo, não estavam, tive o cuidado de ver quem estava, quem é que estava interessado nisto, estavam lá noventa empresários, mas não estavam aqueles mais críticos. -----

A Fundação do Museu Nacional Ferroviário mantém-se, houve esta expectativa que poderia como tantas outras acabar, se calhar de uma forma injusta cortam-nos algumas verbas. -----

Recebi do senhor Administrador Delegado das Águas do Centro, um ofício a informar que já encerrou o concurso público para a conceção/construção da ETAR do Entroncamento, foram recebidas oito propostas e estamos na fase de análise das propostas apresentadas. -----

Sobre a questão levantada pelo senhor Carlos Amaro, entendo que vos devo ler aqui como é que foi o processo. -----

“ No âmbito do Acordo de Colaboração, celebrado entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) e a Câmara Municipal do Entroncamento, para a substituição da Escola Básica Ruy de Andrade, o Município do Entroncamento deliberou, em reunião realizada em 05 de julho de 2011, proceder à aprovação e abertura de um procedimento de concurso público para a empreitada de “ Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy D’Andrade” com o valor base de 5 140 000,00 € nos termos da alínea b) do artº 19º do CCP – Código dos Contratos Públicos. Importa referir que, no aludido Acordo está assegurado, pela DRELVT, a contrapartida nacional até ao valor máximo de 1 200 000,00 €, para a fazer face à construção da escola e seu equipamento. -----

Foi efetuada a respetiva publicação em Diário da república, em 15 de julho de 2011, de acordo com o nº 1 do artº 130º daquele diploma legal, tendo a empreitada sido adjudicada à firma Alpeso – Construções, S.A., pelo valor de 4 778 551,97 €, contrato que foi celebrado em 27 de dezembro de 2011. -----

---

O documento em apreço foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão diária de visto de 29 de fevereiro de 2012, no âmbito do processo de fiscalização prévia nº 96/12, tendo sido assinado o auto de consignação em 26 de março de 2012, por um prazo de execução de 18 meses. -----

No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 (QREN), foi apresentada ao Programa Operacional Regional do Centro – MaisCentro, uma candidatura que assumiu o nº EDU\_2010\_14\_005\_4850 ID: 50918, para a operação “Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy D’Andrade.” Esta é composta por três componentes distintas, a saber: a componente da elaboração dos projetos técnicos, a componente de execução da empreitada e a componente de apetrechamento da escola. O contrato de financiamento foi celebrado entre Autoridade de Gestão Mais Centro e o Município do Entroncamento, em 16 de fevereiro de 2012, sendo, atualmente, de 5 895 432,80 € o valor da despesa elegível atribuído, a que corresponde o montante de comparticipação comunitária de 5 011 117,88€ (85% do valor elegível). -----

Apesar da existência de um contrato de financiamento assinado e do processo ter sido visado pelo Tribunal de Contas, a Comissão Diretiva do MaisCentro, na fase de análise do primeiro pedido de pagamento, veio pronunciar-se no sentido de que, atendendo ao valor do preço base do procedimento, o anúncio do concurso, além da publicação efetuada no Diário da República, deveria ter sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia tendo em consideração o disposto no Regulamento (CE) nº 1177/2009 da Comissão de 30/11/2009. -----

De facto, na fase de publicação do procedimento os Serviços tiveram por base os limiares comunitários previstos na Portaria nº 701-C/2008 de 29 de julho (que pública a atualização dos limiares comunitários) tendo em conta que a mesma, àquela data, não tinha sido revogada, bem como o facto de, no site do INCI – Instituto da Construção e do Imobiliário, constar a indicação de que a mesma se encontrava em vigor. -----

Ou seja partiu-se do errado pressuposto de que a publicação do procedimento no JOUE – Jornal Oficial da União Europeia só seria obrigatória para procedimentos cujo valor base fosse superior de 5 150 000,00 € de acordo com a alínea e) do artigo único da referida Portaria. -----

A questão é que os limiares comunitários respeitantes a empreitadas estão previstos no artigo 7º da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, a qual foi alterada pelo Regulamento (CE) nº 1177/2009 da Comissão de 30 de novembro de 2009, o qual, no nº 1 do seu artigo 2º estabeleceu que, na alínea c) do artigo 7º de referida Diretiva o limiar de 5 150 000,00€ fosse substituído por 4 845 000,00€ , sendo que, embora tal Regulamento não tenha operado qualquer revogação ou alteração da Portaria nº 701-C/2008 de 29 de julho, ele é diretamente aplicável em todos os Estados-Membros, sem qualquer transposição como acontece com as Diretivas. -----

Apesar do contrato no montante de 4 778 551,97€ ser válido à luz do estabelecido na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, dado que foi estabelecido por um valor inferior ao limiar comunitário (4 845 000,00€) razão porque obteve o

---

Visto Prévio do Tribunal de Contas, no âmbito do COCOF 07/0037/03-PT, que estabelece as “Orientações para a determinação das correções financeiras a aplicar as despesas cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão”, o facto de não terem sido respeitadas as disposições das Diretivas Comunitárias em matéria de publicidade (uma das condições de cofinanciamento comunitário) constitui uma irregularidade que implica a correção financeira do contrato de empreitada e que toda a despesa seja considerada não elegível e, como tal, não financiada por fundos comunitários. -----

Perante este facto, decidi o Município do Entroncamento proceder à resolução do contrato de empreitada dado que não tem condições financeiras para fazer face a tal encargo, tendo igualmente deliberado, em reunião ordinária de 17 de setembro de 2012, proceder à aprovação e abertura de um procedimento de concurso público para a empreitada de “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy D’Andrade” nos termos da alínea b) do artº 19º do CCP – Código dos Contratos Públicos, com o valor base de 4 400 000,00€ e o prazo de execução de 10 meses.” -----

Sobre os custos e segurança e eu meto aqui mais uma coisa, culpa disto. -----

Os custos neste momento são trezentos e poucos mil euros não estão comparticipados. Não quero incriminar ninguém, quando teve a aprovação normalmente como é que se faz nas estruturas, tem o visto do Tribunal de Contas, está tudo bem, siga, quando chegou às especialidades dos técnicos, passados seis meses é que foram ver no primeiro pagamento, que não tinha sido publicado no jornal. -----

Nós temos até um milhão e duzentos mil euros de comparticipação da DREL e vamos tentar desbloquear esta situação junto do senhor Diretor Regional. -----

Sobre a segurança, houve uma reunião geral de professores e funcionários, vereadores e o Engenheiro Nuno Valente que acompanha aquela obra, houve aqui na minha perspetiva um erro gravíssimo, em termos de segurança tudo perfeito, foi o senhor engenheiro Nuno Valente assumir perante aquela plateia, a culpa de isto ter acontecido foi minha, houve um deslize de dois funcionários assumimos isso, isto é feito por homens, neste caso por mulheres. -----

Quando foi do visto do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas alertou-nos para isso, que o valor era superior e eu disse nesse dia ao Engenheiro Nuno Valente e à Doutora Márcia que vamos deitar a baixo o concurso e vai-se lançar um novo procedimento. -----

Nesse mesmo dia, à noite telefonaram do Tribunal de Contas, uma senhora Doutora com quem ia havendo alguns contatos para tentar resolver esta situação e ela disse, mandem para cá porque temos aqui outros casos e isso tem visto, com o visto ficámos completamente descansados. -----

Na minha opinião não correu bem esta parte com os técnicos, não os quero culpar, votei sempre tudo favoravelmente nesta Câmara o que os técnicos me apresentam. -----

Trabalhámos aqui a conta relógio para termos estas três escolas, um ano antes não tínhamos escola nenhuma, entendi que era importante e este executivo também, partirmos para a construção das escolas do Entroncamento, sabemos que vamos ficar com um parque escolar para os próximos trinta a trinta e cinco anos.” -----

---

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Queria referir que foi remetido a todos os senhores deputados, nos termos da lei, um relatório semestral do Revisor Oficial de Contas do Município, é um documento que faz parte daquilo que são as nossa competências e pretendo que fique registado em ata, que foi dado conhecimento a todos os senhores deputados.” -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e doze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: